



A Previdência Social e o Gerenciamento de Riscos

Edmir Simões Moita

*Chefe da Assessoria de Gerenciamento de Riscos
do Gabinete do Ministro - MPAS
Liêda Amaral de Souza
Auditora Fiscal da Previdência Social e
Coordenadora da Assessoria de Gerenciamento de
Riscos do Gabinete do Ministro - MPAS*

Apesar da segurança aparente dos ambientes críticos de uma organização e da competência de seus dirigentes, é perfeitamente possível que, dada a complexidade e a abrangência dos ambientes organizacionais, passem despercebidas vulnerabilidades que, se devidamente exploradas, representam risco para segurança de suas informações e do próprio negócio. Ainda que se reconheça que o risco tecnológico é facilmente associado ao risco operacional, o Ministro da Previdência e Assistência Social, consciente da necessidade de identificar não apenas as falhas em seu ambiente de Tecnologia da Informação, mas também apontar o grau de risco para o seu negócio e as possíveis alternativas de solução para cada vulnerabilidade encontrada no sistema, instituiu por meio do Decreto n.º 4.420, de 11 de outubro de 2002, em seu anexo II, a **Assessoria de Gerenciamento de Riscos do Gabinete do Ministro – AGR/GM.**

Este artigo tem como objetivo apresentar os pressupostos básicos da gestão de riscos e a sua concepção e estruturação no âmbito do MPAS

A AGR/GM foi oficialmente instituída em outubro, porém, desde abril, a atividade de gerenciamento de riscos já vinha sendo praticada pela Assessoria Especial do Ministro da Previdência e Assistência Social.

Institucionalmente, cabe à AGR/GM estabelecer políticas e coordenar os esforços para o gerenciamento de riscos de fraudes, definindo em conjunto com as áreas da Previdência e Assistência Social metodologias, controles e normas de segurança. Um dos principais desafios é promover a cultura de controle interno e gerenciamento de riscos no âmbito da organização, e para desempenhar suas atribuições à AGR/GM deverá celebrar convênios com instituições públicas ou privadas para a troca de conhecimentos e informações.

¹ OLIVEIRA, Maria Cecília; MAKARON, Ofélia M. Simões de M. *Análise da árvore de falhas*. Luis A. Mello Awazu (Coord.). São Paulo: CETESB, 1987. 21 p.



ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS ASSOCIADOS

AO GERENCIAMENTO DE RISCOS

As características atribuídas ao gerenciamento de riscos em geral levam as ciências sociais, em suas diversas disciplinas (sociologia, antropologia, psicologia, história, etc.), a se debruçarem sobre o tema, principalmente devido à necessidade de se compreender as questões associadas aos riscos tecnológicos e do negócio. Para melhor compreensão dessas questões, faz-se necessário um breve histórico para que, em seguida, possamos contextualizar a atividade de gerenciamento de riscos no âmbito da Previdência Social no Brasil.

O termo “risco” deriva da palavra italiana “*riscare*”, cujo significado original era navegar entre rochedos perigosos, e que foi incorporada ao vocabulário francês em torno de 1660 (Rosa et al, 1995)². No entanto, o conceito mais contemporâneo origina-se da teoria das probabilidades e implica a consideração de predição de situações ou eventos por meio do conhecimento ou pelo menos possibilidade de conhecimento da potencialidade de perdas e danos e da amplitude de suas conseqüências. Neste contexto, risco pode ser definido como uma estimativa para as possíveis perdas de uma instituição qualquer, devido às incertezas de suas atividades cotidianas.

Covello (1985)³ apresenta uma curiosa perspectiva histórica da análise e gerenciamento de riscos. O referido autor considera um determinado grupo que viveu na Mesopotâmia por volta de 3200 a.C. como um dos primeiros que realizaram algo semelhante ao que atualmente denominamos de análise de riscos. Conta-se que o dito grupo identificava as importantes dimensões do problema em questão e as ações alternativas face ao mesmo, coletando dados sobre as possibilidades de cada alternativa. Os melhores dados eram considerados sinais dos deuses que os sacerdotes do grupo estavam especialmente aptos para interpretar, selecionando a partir deles a melhor alternativa.

A abordagem científica do gerenciamento de riscos teve seu início nos Estados Unidos e em alguns países europeus, quando do estudo da possibilidade de redução de prêmios de seguros e a necessidade de proteção da empresa frente a riscos de acidentes. O que os americanos e os europeus na realidade fizeram foi aglutinar o que já se vinha fazendo de forma independente, em um conjunto de teorias as quais denominaram de *Risk Management*. A idéia principal que balizou o desenvolvimento deste conjunto de teorias refletiu tanto uma tendência para prever, planejar e alertar sobre os riscos, como a idéia de que as decisões regulamentadoras sobre os mesmos seriam menos controversas se pudessem ser estatisticamente comprovadas (Starr, 1976⁴; Renn, 1992⁵).

EXPEDIENTE: *Ministro da Previdência e Assistência Social: José Cechin • Secretário Executivo: Johaness Eck • Secretário de Previdência Social: Sidney de Miguel • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Rafael Liberal Ferreira de Santana • Corpo Técnico: Andréa Barreto de Paiva, Geíse de Castro Pouchain, Luciano Fávaro Bissi, Mariana Reino • Distribuição: Flávio Hitosi Ywata.*

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: www.previdenciasocial.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: *Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social Esplanada dos Ministérios Bloco “F” - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF*



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Exemplos históricos ou mitológicos à parte, Duarte e outros (1999)⁶ definem o gerenciamento de riscos como sendo o conjunto de pessoas, sistemas e medidas de controle utilizado para medir e controlar os riscos inerentes às atividades diárias de uma instituição.

Ultimamente, o tema Gerenciamento de Riscos vem sendo amplamente discutido na academia, entretanto, não temos relatos de sua aplicação na administração pública. Betanho (2002)⁷ atenta para o fato de que “*uma empresa pública, normalmente, tem cultura diferenciada das empresas do mercado livre. Tem sua imagem pré-determinada pelo fato de que é pública. Tem funcionários cuja cultura encara a estabilidade como a não necessidade de mudanças, enquanto que deveria utilizá-la visando o desenvolvimento e a proteção da cidadania. Negando a necessidade de mudanças, a organização nega a presença de riscos.*” A administração pública brasileira, por sua vez, não foge às características apresentadas pela referida autora.

² ROSA, E. A; RENN, O; JAEGER, C. et al. **Risk as challenge to cross: cultural dialogue.**In: Congress, dialogue between cultures and changes in Europe and the World, 32., jul. 1995. Trieste, International Institute of Sociology. p. 3 – 7.

³ COVELLO, J. T.; MUMPOWER, J. **Risk analysis and risk management an historical perspective.** Risk Analysis, 5., 1985. p. 103-20.

⁴ STARR, C; RUDMAN, R.; WHIPPLE, C. **Philosophical basis for risk analysis.** Annual Review of Energy, 1, 1976. p 629-61.

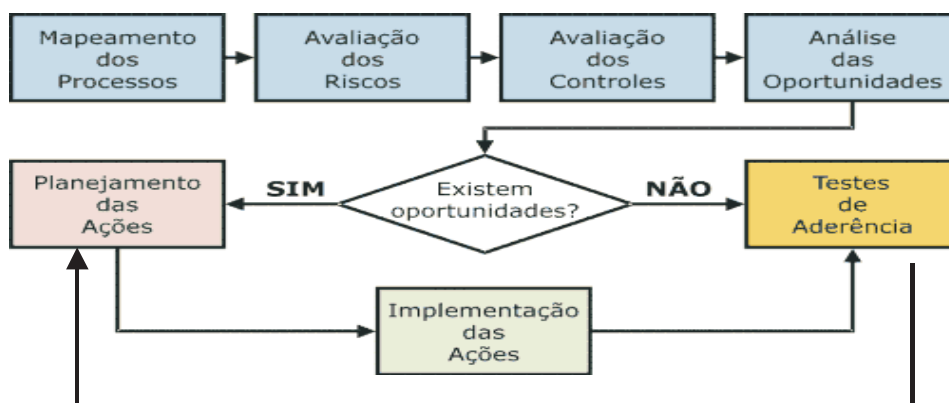
⁵ RENN, O. **Concepts of risk: a classification.** In: KRIMSKY, S.; GOLDING. **Social theories of risk.** Londres: Praeger, 1992. p. 53-79.

⁶ DUARTE, PINHEIRO, JORDÃO e BASTOS. **Gerenciamento de riscos corporativos: classificação, definições e exemplos.** In: Resenha BM&F, 134 (1999), p. 45-52.

⁷ BETANHO, Cristiane. **Gestão de riscos: uma abordagem da empresa pública de saneamento. Relatório Reflexivo. Mestrado Integrado em Administração.** Universidade São Francisco, 2002.

No estabelecimento das etapas ou fases a serem seguidas no processo de gerenciamento de riscos não há consenso entre os autores pesquisados, apesar da coerência entre as diversas abordagens apresentadas (Oliveira¹, 1991). Esse fato deve-se à ligação íntima entre cada passo do processo. De maneira simplificada, poderíamos ilustrar o modelo metodológico da AGR/GM na figura 1.

FIGURA 1
Modelo Metodológico Simplificado da Assessoria de Gerenciamento de Riscos



Da análise da figura 1, depreende-se que a primeira fase representa o mapeamento dos processos, que permitirá a identificação das múltiplas vulnerabilidades. Identificadas-as, procedem-se à avaliação dos riscos associados e dos controles adotados. A seguir, verificam-se as oportunidades de ocorrência do evento que poderão levar ao planejamento de ações preventivas ou corretivas (no caso da possibilidade efetiva de ocorrência) ou em caso contrário serão procedidos testes de aderência visando observar se os desempenhos observados enquadram-se no padrão de normalidade previamente definido.

Na execução das etapas da metodologia concebida pela AGR/GM, há de se considerar para levantamento de dados, revisão e validação dos produtos finais, a realização de entrevistas e reuniões com o pessoal-chave envolvido nos processos. Espera-se, com a análise dos riscos, poder formular controles, construir indicadores de normalidade para uso em atividades de monitoramento e, finalmente, possibilitar a construção de uma base de perdas operacionais e seus processos associados.

A necessidade de estruturação de uma área responsável pelo gerenciamento de riscos no âmbito da Previdência Social mostrou-se extremamente necessária a partir da análise das atividades desenvolvidas pela Assessoria de Pesquisa Estratégica – APE, que à época era um projeto ligado à Diretoria-Colegiada do INSS, e posteriormente transformada em Assessoria do Gabinete do Ministro do MPAS. As investigações da APE mostraram as variadas possibilidades de violações de nossos sistemas e a necessidade de uma ação preventiva.

Ainda que se considere a existência na literatura de uma série de outros aspectos conceituais relacionados ao gerenciamento de riscos, a Previdência Social, através de *benchmarking* feito junto a instituições da iniciativa privada que possuem a atividade de gerenciamento de riscos estruturada, concluiu que, no âmbito de nossa organização, o conceito de riscos englobaria os seguintes aspectos:

- *capacitação operacional* – risco de *overload*, risco de equipamentos, risco de catástrofes, risco de segurança física, risco de segurança de informação e risco de software básico;
- *processos* – risco de presteza e confiabilidade, risco de produto e serviços e risco de regulamentação;
- *imagem*;
- *pessoas* – risco de erro não-intencional, risco de fraudes, furtos e roubos, risco de qualificação, e risco de software;
- *concentração (operacional)*.

Foi definido também que as ações de gerenciamento de riscos inerentes às atividades organizacionais seriam feitas conjuntamente com as unidades operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. Os riscos identificados serão consolidados em documento, que subsidiarão o quadro gestor

da Previdência Social durante o processo decisório. Espera-se dotar a instituição de modelos para mensuração e processos para gerenciamento de riscos, com instrumentos capazes de fornecer aos gestores as informações necessárias com precisão, rapidez e segurança. Visando atingir esses objetivos, pretende-se ainda desenvolver uma metodologia que dará suporte ao registro, à monitoração, à revisão e à readequação dos processos que envolvam riscos ao sistema previdenciário brasileiro.

Há algumas décadas, era natural que a administração pública não se preocupasse com a proteção dos seus processos de trabalho, equipamentos, instalações, com o controle das informações técnicas e estratégicas e muito menos com sua tecnologia. Era bem mais fácil e econômico apenas fazer o que já se conhecia, sem inovações ou custosas pesquisas. Na própria iniciativa privada, a prática da produção em série estava sedimentada e seus procedimentos eram de conhecimento geral. Por isso, não havia o quê e por quê resguardar. De forma indubitavelmente mais intensa do que em qualquer outra época da História, a administração pública experimenta hoje um momento de aceleradas transformações tecnológicas, cujos limites nem sempre são possíveis de visualizar. Este processo está conduzindo a rápidas, contínuas e profundas mudanças gerenciais, com repercussão política, econômica e social.

Os primeiros passos

A modelagem da proposta de gerenciamento de riscos no MPAS iniciou-se a partir da análise das ocorrências de violações identificadas pela Assessoria de Pesquisa Estratégica do MPAS e pela Auditoria do INSS por meio de ações direcionadas e de resultados do trabalho desenvolvido pela Força-Tarefa, da qual participam o MPAS, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Tais ações foram desenvolvidas no Rio de Janeiro e tiveram como objetivo a análise de processos de benefícios previdenciários concedidos indevidamente. Logo em seguida ampliou-se a área de atuação às demais unidades operacionais (Arrecadação e Procuradoria).

Algumas atividades já desenvolvidas

O Ministério da Previdência e Assistência Social agiu de forma pioneira e pró-ativa quando, por meio da atividade de gerenciamento de riscos, buscou proteger seus recursos humanos, materiais e financeiros pela eliminação ou redução dos riscos. Esta atitude já apresenta seus primeiros resultados, tais como:

- mapeamento dos processos de constituição e manutenção dos créditos previdenciários, verificando desde a origem da constituição do crédito até sua extinção no âmbito administrativo ou judicial, incluindo o processo de apropriação indébita;
- mapeamento do processo de concessão de Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeito de negativa;
- análise dos mapeamentos efetuados (Análise dos processos de cobrança administrativa, a partir da constituição do crédito, seja através de um procedimento fiscal ou de confissão espontânea, até a sua liquidação ou

encaminhamento para inscrição em dívida ativa; do contencioso fiscal, iniciando-se com a inscrição em dívida ativa, até a sua extinção; apropriação indébita, desde a elaboração da Representação para fins penais, até o seu encaminhamento para a Procuradoria; e de emissão de CND/CPD-EN, desde a solicitação pelo contribuinte, passando pelo relatório de restrições, até a liberação ou não da certidão);

- análise da operacionalização dos sistemas transacionais que dão suporte aos processos mapeados (PIAF, GIRAFÁ, SICOB, PRODIN, ÁGUIA, DÍVIDA, CND Corporativa, em cada uma das etapas dos diversos processos);

- testes de aderência dos controles existentes e comprovação das vulnerabilidades detectadas, através de simulação em ambiente de teste;

- identificação de ocorrências (oportunidades), frutos das vulnerabilidades dos processos e/ou sistemas, por meio de batimentos de dados, de processos de auditoria e da assessoria de pesquisas estratégicas;

- validação, com as áreas responsáveis, dos pontos frágeis identificados e das soluções propostas;

- identificação de medidas capazes de minimizar ou eliminar as vulnerabilidades apontadas, seja através de controles internos de procedimentos ou de alterações, ou ajustes dos sistemas operacionais;

- montagem de laboratório de informática provido de ambiente de teste, para permitir a comprovação das vulnerabilidades apontadas nos diversos sistemas estudados;

- solicitação à empresa prestadora de serviços de tecnologia (DATAPREV) de batimentos entre os registros existentes nos aplicativos, com vistas a identificar ocorrências das vulnerabilidades detectadas nos estudos efetuados;

- elaboração de relatórios contendo as fragilidades detectadas em cada um dos sistemas analisados, os pontos de controle sugeridos, o fluxograma da rotina dos processos e a identificação das áreas responsáveis;

- avaliação dos documentos gerados junto à Diretoria de Arrecadação, através de suas coordenações gerais e da Procuradoria Geral;

- análise e verificação das ocorrências de violações dos sistemas de concessão e manutenção de benefícios, identificadas pela Assessoria de Pesquisas Estratégicas, Força-Tarefa e Auditoria Geral;

- identificação das vulnerabilidades correspondentes às ocorrências relatadas no item anterior;

- análise da confirmação das vulnerabilidades junto às versões atuais dos sistemas e rotinas referenciadas, através da instalação de laboratório específico para testes;

- elaboração de documento identificando as vulnerabilidades dos sistemas e procedimentos relativos aos benefícios e dos pontos de controle

correspondente propostos;

- avaliação do documento em conjunto com a Diretoria de Benefícios;
- identificação das vulnerabilidades e sugestões de pontos de controle nos processos relativos ao Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS;
- discussões com o órgão colegiado (CRPS), com o acatamento das fragilidades e soluções propostas, e ainda detecção de novas vulnerabilidades;
- foram iniciados os trabalhos de identificação de vulnerabilidades relativas ao processo de concessão e manutenção da isenção de contribuições previdenciárias às entidades beneficentes. Para tanto, faz-se necessário o estudo dos fluxos, dos procedimentos e das rotinas existentes nos órgãos responsáveis em acompanhar o atendimento por parte das entidades beneficentes, dos requisitos legais, quais sejam: o CNAS, o CRPS e o INSS através da Diretoria de Arrecadação e das Gerências Executivas da Previdência Social.

Sob uma perspectiva contínua de aperfeiçoamento da metodologia, serão incrementadas novas etapas, algumas inclusive já iniciadas, tais como a elaboração e o gerenciamento de convênios com entidades parceiras, visando cooperação técnica e troca de informações; gerenciamento da interface com outros órgãos afins (Secretaria Federal de Controle, Corregedoria Geral da União, Tribunal de Contas da União – TCU e Ministério Público Federal); *benchmarking* com outras instituições, visando a melhoria dos controles internos, mediante utilização de tecnologia avançada e recursos de inteligência artificial, capacitação dos servidores em técnicas de gerenciamento de riscos, elaboração de estudos e análises dos mecanismos de controle da gestão e políticas de combate a riscos de fraudes, riscos de qualificação (perdas pelo fato de funcionários desempenharem tarefas sem qualificação profissional apropriada à função), riscos de obsolescência, risco de erro não-intencional, risco de legislação (risco tributário) e tantos outros riscos a que a organização está sujeita, bem como a disseminação da cultura de controle interno e de gerenciamento de riscos, como fato primordial na construção e disseminação da política de segurança dentro da instituição.

Lições aprendidas e sugestões

Ao longo de todas as atividades desenvolvidas, aprofundaram-se discussões com as áreas responsáveis para identificação de vulnerabilidades e soluções, analisando-se os processos já verificados e disseminando-os aos outros setores inicialmente não contemplados. No decorrer do trabalho, constatou-se a necessidade de revisão de alguns processos e sistemas informatizados, fruto das vulnerabilidades apontadas, o que levou a AGR a propor o desenvolvimento de metodologias de monitoramento e controle das rotinas operacionais e sistemas informatizados, objetivando detectar e impedir ações lesivas à Previdência Social.

Há a necessidade premente de se abrir novas frentes de trabalho, em paralelo às discussões com os dirigentes e responsáveis pelas áreas. Urge algumas alterações imediatas a serem implementadas no sistema de controle de acesso, visto a necessidade de se manter um controle efetivo e eficaz das autorizações

de acessos aos sistemas corporativos por servidores do quadro efetivo e prestadores de serviços terceirizados.

Tecnologicamente, entende-se que a solução mais indicada que permite controle de acessos e monitoramento das rotinas informatizadas é a utilização de solução biométrica (*finger printer*) como instrumento de identificação civil dos segurados e beneficiários do sistema de seguridade social, bem como do controle de acesso e identificação de servidores nas rotinas informatizadas, especialmente no processo de concessão de benefícios.

O desenvolvimento de um banco de dados de perdas operacionais, associado às medidas anteriormente citadas, agilizará o desenvolvimento da definição metodológica para geração de indicadores de normalidade, que uma vez utilizados permitiria a implementação de unidades de monitoramento de controle de gestão (dos dirigentes do INSS e demais órgãos do MPAS), a partir de identificação de distorções de padrões de comportamento.

É necessário prover um fórum permanente para discussão de questões relacionadas ao gerenciamento de riscos corporativos na instituição, e aprofundar os estudos sobre o tema.

Conclusão

Mesmo nas organizações mais bem administradas, nem todos os riscos podem ser descartados ou completamente eliminados. O gerenciamento dos fatores de risco (vulnerabilidades) mostrou-se como condicionante para o sucesso da empreitada.

Neste artigo, concentramo-nos no relato da experiência inovadora de implantação de uma assessoria de gerenciamento de riscos em órgão da administração pública federal, visando o combate às fraudes e a identificação de gargalos operacionais que possam impedir a otimização dos resultados corporativos. Entender cada um dos mecanismos através dos quais se processa o risco operacional é condição necessária para sustentabilidade do próprio negócio. Neste contexto, o “risco” foi definido como a possibilidade de alguma coisa dar errado e chamamos de “vulnerabilidades” os fatores de risco, ou seja, as condições que dão origem a essa possibilidade. Percebemos ao longo do trabalho que o risco na realidade é algo que não podemos gerenciar ou controlar diretamente. Porém, as vulnerabilidades enquanto causas, sim. Ao gerenciar o risco, a maioria das organizações presta atenção ao resultado e não à causa e, conseqüentemente, erra.



Saldo Previdenciário e Arrecadação

Déficit Previdenciário (INPC de set/02)

No mês (set)	R\$ 1,41 bilhão
Acum. no ano	R\$ 11,14 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 16,74 bilhões

A Previdência Social apresentou em setembro de 2002 um déficit de R\$ 1,41 bilhão, resultado de uma arrecadação de R\$ 5,76 bilhões frente a uma despesa de R\$ 7,17 bilhões, o que representou um aumento de 6,7% no déficit previdenciário quando se compara a agosto de 2002. O aumento do déficit é explicado principalmente pela queda de 5,6% das receitas correntes, com destaque para a redução de R\$ 257,1 milhões (- 6,3%) na arrecadação de empresas em geral, comparando-se com agosto. Entre as variações positivas, houve destaque para as medidas de recuperação de créditos, com crescimento de 62,2%, o que correspondeu a um incremento de R\$ 240,2 milhões. Grande parte desse aumento se deveu ao pagamento de Débitos Administrativos/Judiciais, que apresentou incremento de R\$ 156,4 milhões, consequência da edição da Medida Provisória nº 66, de 29/08/2002, que permitiu o pagamento de débitos junto ao INSS, até 30 de setembro de 2002, sem juros de mora devidos até janeiro de 1999. Destaca-se, também, o crescimento de R\$ 65,9 milhões nos depósitos judiciais recolhidos em GPS, em virtu-

TABELA 1
Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Déficit Previdenciário
Set/2001, Ago/2002 e Set/2002 - Valores em R\$ milhões de Set/2002

	set/01 (A)	ago/02 (B)	set/02 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a set/01	Acum. Jan. a set/02	Var. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	5.382,0	5.854,2	5.756,4	(1,7)	7,0	49.255,4	50.463,8	2,5
1.1. Receitas Correntes	5.483,2	5.898,6	5.566,0	(5,6)	1,5	50.004,4	50.316,1	0,6
Pessoa Física (1)	300,1	355,0	349,1	(1,7)	16,4	2.762,5	3.004,6	8,8
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	129,9	151,0	145,0	(4,0)	11,7	1.161,3	1.258,6	8,4
SIMPLES - Repasse STN (3)	241,6	242,1	253,6	4,8	5,0	1.997,4	2.039,8	2,1
Empresas em Geral	3.926,8	4.070,2	3.813,1	(6,3)	(2,9)	36.092,4	35.069,0	(2,8)
Entidades Filantrópicas (4)	54,6	63,5	56,9	(10,4)	4,2	555,4	527,4	(5,1)
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	212,2	257,0	227,3	(11,6)	7,1	2.099,6	2.193,1	4,5
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	161,8	229,7	225,2	(1,9)	39,2	1.273,5	1.958,1	53,8
Clubes de Futebol	2,0	1,9	2,1	13,4	9,0	28,3	14,6	(48,5)
Comercialização da Produção Rural (7)	86,7	125,1	114,1	(8,8)	31,6	705,0	875,6	24,2
Retenção (11%)	301,9	337,3	321,4	(4,7)	6,5	2.738,8	2.853,2	4,2
Reclamatória Trabalhista	65,1	63,9	56,7	(11,2)	(12,9)	581,6	507,9	(12,7)
Outras Receitas	0,5	2,0	1,4	(26,9)	215,0	8,5	14,1	66,9
1.2. Recuperação de Créditos	299,0	386,2	626,3	62,2	109,5	3.337,0	4.115,6	23,3
Fundo Nacional de Saúde - FNS (8)	0,3	1,0	0,8	(24,1)	150,0	9,8	10,2	4,4
Certificados da Dívida Pública - CDP (9)	-	-	-	-	-	59,9	56,5	(5,7)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	27,2	27,1	35,9	32,7	32,3	304,3	342,5	12,6
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	39,5	31,8	52,5	65,1	32,7	385,9	315,1	(18,4)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	3,1	28,5	94,4	231,5	2.905,0	38,6	518,3	1.244,4
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	48,1	43,3	49,1	13,3	2,1	561,8	483,6	(13,9)
Débitos (14)	8,1	23,2	179,6	674,4	2.118,8	249,9	539,4	115,9
Parcelamentos Convencionais (15)	123,0	172,6	151,9	(12,0)	23,5	1.244,7	1.212,3	(2,6)
Amortização de Débitos - Retenção FPM/FPE (16)	49,6	58,6	62,2	6,0	25,3	482,1	637,7	32,3
1.3. Restituições de Arrecadação	(21,2)	(20,0)	(21,2)	6,0	(0,1)	(216,1)	(175,4)	(18,9)
1.4. Transferências a Terceiros	(379,0)	(410,5)	(414,8)	1,0	9,5	(3.869,8)	(3.792,5)	(2,0)
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	6.595,8	7.176,2	7.167,1	(0,1)	8,7	57.788,4	61.598,9	6,6
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(1.213,8)	(1.322,0)	(1.410,8)	6,7	16,2	(8.533,1)	(11.135,1)	30,5

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPS/MPAS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

- (1) Contribuinte Individual, Emprego Doméstico, Seguro Especial e Facultativo.
 (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
 (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
 (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
 (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
 (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
 (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
 (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
 (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
 (10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
 (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
 (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.
 (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
 (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
 (15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
 (16) Amortização de débitos de Estados e Municípios, por meio de retenção do FPM e FPE.



de do recolhimento de R\$ 77 milhões efetuado por uma empresa. Somando-se os efeitos da queda das receitas correntes (-5,6%) com o crescimento das receitas provenientes das medidas de recuperação de créditos (62,2%), verifica-se a queda de 1,7% na arrecadação líquida, comparando-se com agosto. O pagamento de benefícios em relação ao mês de agosto ficou praticamente estável, com queda de 0,1%. Em termos nominais houve aumento de 0,7%.

Em relação aos nove primeiros meses deste ano, a Previdência Social apresentou aumento de 2,5% na arrecadação líquida (de R\$ 49,3 bilhões para R\$ 50,5 bilhões) e de 6,6% no pagamento de benefícios previdenciários (de R\$ 57,8 bilhões para R\$ 61,6 bilhões) na comparação com o mesmo período de 2001. Em relação às despesas, o aumento é explicado pela política de incrementos reais do valor do salário-mínimo e da manutenção do poder aquisitivo dos demais benefícios. Já o crescimento de 2,5% da arrecadação líquida é devido mais ao esforço de recuperação de créditos, que resultou em incremento de R\$ 778,6 milhões em 2002 (23,3%), do que o desempenho das receitas correntes, que cresceram R\$ 311,7 milhões (0,6%). Destaque para a queda de 2,8% do recolhimento das empresas em geral, o que representa redução de R\$ 1,02 bilhão no recolhimento. A queda de 2,15% na massa salarial, apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME (comparação dos sete primeiros meses de 2001 e 2002), pode estar influenciando tal diminuição. Como consequência desses movimentos de receitas e despesas em 2002, o déficit previdenciário atingiu R\$ 11,1 bilhões nestes nove primeiros meses de 2002, um crescimento de 30,5% em relação a 2001.

A análise do déficit segundo a clientela urbana e rural mostra que, até setembro, o déficit total de R\$ 11,1 bilhões é desmembrado em R\$ 10,4 bilhões na área rural – o que significa 93,6% do déficit total – e o restante, R\$ 714 milhões, da área urbana – 6,4% do total. O gasto com benefícios rurais ficou em R\$ 12,0 bilhões até setembro de 2002, 7,3% superior ao ano passado. Fazendo-se a mesma comparação para os benefícios da área urbana, verifica-se um incremento de 6,4% (tabela 2).

TABELA 2

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2001 a 2002)
Acumulado até Setembro - R\$ milhões - INPC Set/2002

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Déficit (a – b)
2001	TOTAL	49.255	57.788	(8.533)
	Urbano	47.758	46.613	1.145
	Rural	1.497	11.176	(9.678)
2002	TOTAL	50.464	61.599	(11.135)
	Urbano	48.889	49.604	(714)
	Rural	1.574	11.995	(10.421)

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS
Elaboração: SPS/MPAS

Despesas

Em setembro de 2002, as despesas com benefícios previdenciários foram de R\$ 7,17 bilhões contra R\$ 7,18 bilhões em agosto de 2002, representando uma queda de 0,1%. Em termos nominais, houve um incremento de 0,7% em relação ao mês anterior (R\$ 7,12 bilhões para R\$ 7,17 bilhões).

Em setembro, a Previdência Social pagou 20,8 milhões de benefícios, o que significa um aumento de 0,3% em relação à quantidade do mês anterior. Na média do ano, nota-se um crescimento maior no número de aposentadorias por idade do que nas aposentadorias por tempo de contribuição (2,6% contra 1,7%). Dentre os benefícios com maior crescimento, temos o auxílio-doença, com variação de 33,2% em relação a 2001.

TABELA 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos
pela Previdência Social (Set/2001, Ago/2002 e Set/2002)

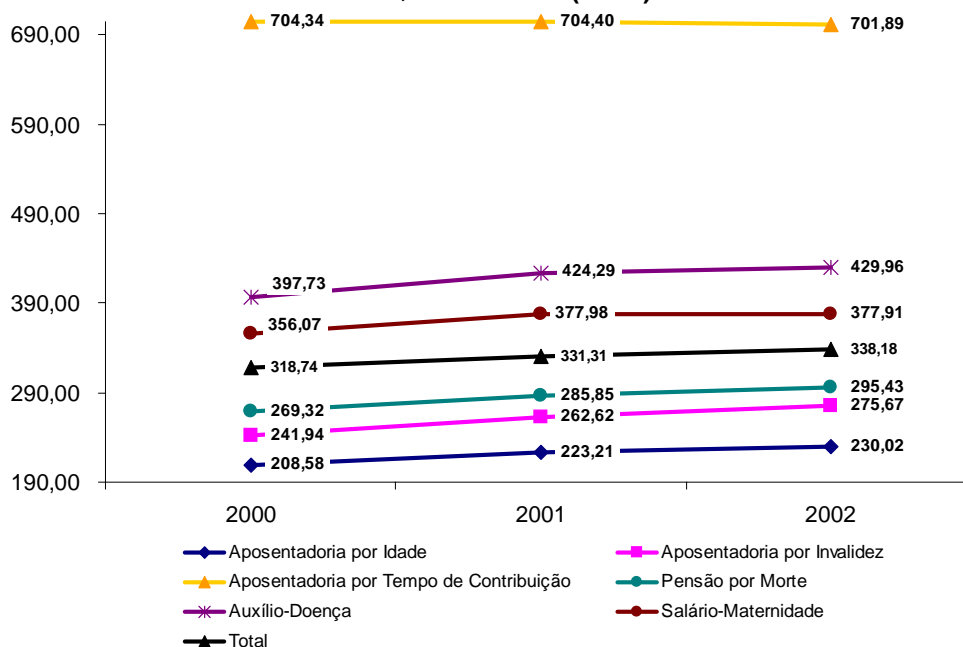
	set/01 (A)	ago/02 (B)	set/02 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Média Jan. a set-01	Média Jan. a set-02	Var. %
TOTAL	20.086.155	20.768.336	20.838.095	0,3	3,7	19.837.322	20.496.490	3,3
PREVIDENCIÁRIOS	17.284.755	17.854.005	17.909.346	0,3	3,6	17.079.895	17.635.526	3,3
Aposentadorias	11.434.458	11.637.219	11.668.068	0,3	2,0	11.310.001	11.541.408	2,0
Idade	5.729.237	5.868.208	5.886.169	0,3	2,7	5.665.408	5.810.467	2,6
Invalidez	2.294.490	2.318.487	2.324.729	0,3	1,3	2.274.676	2.303.307	1,3
Tempo de Contribuição	3.410.731	3.450.524	3.457.170	0,2	1,4	3.369.917	3.427.634	1,7
Pensão por Morte	5.163.181	5.277.060	5.288.944	0,2	2,4	5.098.413	5.239.580	2,8
Auxílio-Doença	556.097	771.749	788.967	2,2	41,9	523.846	697.552	33,2
Salário-Maternidade	112.634	149.049	144.585	(3,0)	28,4	131.168	139.039	6,0
Outros	18.385	18.928	18.782	(0,8)	2,2	16.469	17.948	9,0
ACIDENTÁRIOS	682.998	711.685	713.777	0,3	4,5	676.867	701.489	3,6
ASSISTENCIAIS	2.118.402	2.202.646	2.214.972	0,6	4,6	2.080.560	2.159.474	3,8
Amparos Assistenciais - LOAS	1.333.645	1.487.644	1.505.707	1,2	12,9	1.275.824	1.425.843	11,8
Idoso	465.144	547.380	557.434	1,8	19,8	436.702	516.803	18,3
Portador de Deficiência	868.501	940.264	948.273	0,9	9,2	839.122	909.040	8,3
Pensões Mensais Vitalícias	18.743	18.277	18.253	(0,1)	(2,6)	18.787	18.421	(1,9)
Rendas Mensais Vitalícias	766.014	696.725	691.012	(0,8)	(9,8)	785.949	715.210	(9,0)
Idade	281.265	248.059	245.496	(1,0)	(12,7)	290.549	256.689	(11,7)
Invalidez	484.749	448.666	445.516	(0,7)	(8,1)	495.400	458.521	(7,4)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

Os valores dos benefícios emitidos seguem, em sua média, crescendo. Entre janeiro e setembro de 2001, o valor médio dos benefícios era igual a R\$ 331,31, passando a R\$ 338,18 em 2002, o que equivale a um crescimento real de 2,1%. Dentre as principais espécies, apenas o valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição apresentou queda em relação a 2000 e 2001, como pode ser visto no gráfico 1.



GRÁFICO 1
Valor Médio dos Benefícios Emitidos
(Média de Janeiro a Setembro)
Em R\$ de Set/2002 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS

Em setembro, foram concedidos 333,2 mil benefícios, um aumento de 0,4% em relação ao mês de agosto de 2002. No acumulado do ano, ingressaram no sistema 2,9 milhões de beneficiários, o que representa um incremento de 33,5% em relação a 2001. Ressalte-se que os números de 2001 foram menores que o normal, haja vista a paralisação dos servidores do INSS no final do ano passado. Dentre os benefícios previdenciários, novamente destaca-se o auxílio-doença, com crescimento de 57,8%.

TABELA 4
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos
pela Previdência Social (Set/2001, Ago/2002 e Set/2002)

	set/01 (A)	ago/02 (B)	set/02 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Média Jan. a set-01	Média Jan. a set-02	Var. %
TOTAL	77.659	331.998	333.190	0,4	329,0	2.205.643	2.944.154	33,5
PREVIDENCIÁRIOS	70.026	289.223	289.789	0,2	313,8	1.942.604	2.568.739	32,2
Aposentadorias	17.785	66.485	65.275	(1,8)	267,0	449.638	576.240	28,2
Idade	8.927	36.555	35.920	(1,7)	302,4	256.119	329.064	28,5
Invalidez	4.157	16.283	15.913	(2,3)	282,8	103.950	127.460	22,6
Tempo de Contribuição	4.701	13.647	13.442	(1,5)	185,9	89.569	119.716	33,7
Pensão por Morte	6.154	27.320	27.813	1,8	351,9	196.662	250.272	27,3
Auxílio-Doença	17.777	112.489	114.096	1,4	541,8	608.992	961.048	57,8
Salário-Maternidade	28.220	82.354	82.051	(0,4)	190,8	684.348	776.418	13,5
Outros	90	575	554	(3,7)	515,6	2.964	4.761	60,6
ACIDENTÁRIOS	3.877	17.734	17.029	(4,0)	339,2	118.860	157.650	32,6
ASSISTENCIAIS	3.756	25.041	26.372	5,3	602,1	144.179	217.765	51,0
Amparos Assistenciais - LOAS	3.712	24.981	26.317	5,3	609,0	143.484	217.221	51,4
Idoso	1.700	12.387	12.687	2,4	646,3	70.199	108.783	55,0
Portador de Deficiência	2.012	12.594	13.630	8,2	577,4	73.285	108.438	48,0
Pensões Mensais Vitalícias	34	52	45	(13,5)	32,4	463	396	(14,5)
Rendas Mensais Vitalícias	10	8	10	25,0	0,0	232	148	(36,2)
Idade	2	1	1	0,0	(50,0)	36	8	(77,8)
Invalidez	8	7	9	28,6	12,5	196	140	(28,6)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2002 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												Acum. 2002		
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
1. SALDO INICIAL	1.487.512	1.694.868	1.883.452	1.517.604	1.669.802	1.911.105	1.901.608	1.568.097	3.261.703	1.487.512					
2. RECEBIMENTOS	7.735.907	7.416.481	7.004.114	7.590.897	7.828.984	7.961.612	7.828.984	9.948.855	7.284.193	9.948.855	7.284.193	70.692.794			
- ARRECADADO	5.763.071	5.629.959	5.634.858	5.741.426	5.913.906	5.680.300	6.168.994	6.213.189	6.171.197	6.213.189	6.171.197	52.710.893			
- Arrecadação Bancária	5.388.672	5.224.505	5.245.100	5.418.522	5.563.046	5.337.728	5.638.609	5.800.510	5.800.411	5.800.510	5.800.411	49.722.101			
- SIMPLES (1)	288.843	185.982	181.050	202.760	214.984	218.697	216.686	240.074	253.610	240.074	253.610	1.981.976			
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	36.492	35.134	29.091	30.199	30.515	30.932	30.002	31.536	32.491	30.002	31.536	306.300			
- Financiamento de Estágios - FNE (3)	1.228	1.121	1.117	1.153	1.122	1.185	1.149	1.031	9.884	1.031	9.884	306.300			
- Certificados de Dívida Pública - CDP (4)												54.532			
- Fundo de Investimento Estrangeiro Superior - FIES (5)	46.644	26.880	18.957	32.855	50.796	47.465	47.337	26.865	35.940	26.865	35.940	332.730			
- Município de Divulga (6)															
- Depósitos Judiciais (7)	52.044	61.101	62.461	49.698	72.524	47.408	31.246	42.893	49.126	42.893	49.126	668.623			
- Restituições de Arrecadação	(23.953)	(11.143)	(15.289)	(18.366)	(19.001)	(24.007)	(17.577)	(19.001)	(21.171)	(19.001)	(21.171)	(170.408)			
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	5.263	4.873	3.508	1.059	2.943	3.086	2.164	4.381	5.408	4.381	5.408	38.706			
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRIOS	22.076	6.893	10.374	14.882	10.825	11.574	19.845	47.860	16.249	19.845	16.249	162.497			
2.4. ANTI-REPOSIÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	1.359.965	(739.429)	(476.802)	11.833	316.238	554.152	1.098.953	101.102	(630.071)	101.102	(630.071)	1.975.941			
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	584.082	2.619.396	1.932.177	1.821.697	1.677.640	1.597.890	671.466	3.583.193	1.721.411	3.583.193	1.721.411	16.206.752			
- Recursos Ordinários	102.883	153.427	100.314	98.334	315.900	950.880	97.464	297.850	151.777	297.850	151.777	2.267.908			
- Saldo de Exercícios Anteriores			(500)					(278)				(778)			
- Operações de Crédito Externa															
- COFINIS	148.426	1.763.564	1.029.973	997.415	1.002.952	291.503	186.359	2.116.498	1.005.557	2.116.498	1.005.557	8.542.287			
- COFIN/SOANS	308.495	246.389	260.000	265.000	294.000	296.000	310.500	300.000	306.000	300.000	306.000	2.596.384			
- COFIN/Dev. Imp. e Contrib. - EPU	23.000	54.175	100.000	41.000	47.500	45.966	49.106	42.000	47.000	42.000	47.000	440.747			
- Devolução do Plano de Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros															
- Recursos Ordinários - Contrapartida															
- Contrib. Social sobre Lucro	1.588	1.830	17.380	19.949	17.288	13.341	28.037	27.144	10.627	27.144	10.627	137.183			
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF				400.000								200.000			
3. PAGAMENTOS	7.530.951	7.224.897	7.659.962	7.438.699	7.680.308	7.838.391	8.294.954	8.256.248	8.295.176	8.256.248	8.295.176	69.926.566			
3.1. PAGAMENTOS INSS	6.898.226	6.885.871	7.015.332	7.068.599	7.303.051	7.447.205	7.902.508	7.849.085	7.880.353	7.849.085	7.880.353	66.250.079			
- 3.1.1. BENEFÍCIOS	6.490.288	6.555.855	6.660.420	6.775.486	6.953.102	7.076.565	7.436.098	7.464.450	7.518.857	7.464.450	7.518.857	62.801.122			
- Total de Benefícios	6.586.357	6.590.957	6.707.634	6.775.163	6.998.219	7.113.356	7.481.872	7.501.881	7.555.109	7.501.881	7.555.109	63.310.548			
- Devolução de Benefícios	(96.069)	(35.102)	(47.214)	(49.677)	(45.117)	(36.792)	(45.774)	(37.430)	(36.252)	(37.430)	(36.252)	(429.426)			
- 3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	6.157.928	6.254.655	6.316.664	6.413.805	6.608.624	6.733.879	7.091.500	7.117.169	7.167.141	7.117.169	7.167.141	59.861.364			
- 3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	332.360	301.200	343.756	311.681	342.686	344.479	344.598	347.282	351.716	344.598	347.282	3.019.758			
- 3.1.2. EPU T.N.	50.220	51.229	89.882	47.124	53.889	48.616	45.058	44.944	44.969	45.058	44.969	476.132			
- 3.1.2.1. LOAS	281.940	249.970	253.874	264.557	290.590	294.070	299.539	302.338	306.747	299.539	302.338	2.543.626			
- 3.1.2.2. PESSOAL (9)	313.075	230.525	235.847	251.007	238.267	285.851	269.567	269.567	240.558	269.567	240.558	2.432.720			
- 3.1.3. CUSTEIO (10)	94.864	99.341	119.064	92.106	111.682	84.790	98.387	115.068	120.938	115.068	120.938	936.238			
- 3.2. TRANSF. A TERCEIROS (11)	632.724	339.176	354.630	370.100	377.257	391.186	392.446	407.164	414.823	407.164	414.823	3.679.507			
4. ARRECADADO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	5.131.246	5.183.783	5.180.228	5.313.326	5.536.648	5.289.204	5.776.548	5.806.035	5.756.374	5.806.035	5.756.374	49.031.392			
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(1.026.882)	(1.070.872)	(1.136.437)	(1.042.479)	(1.071.975)	(1.444.674)	(1.314.952)	(1.311.344)	(1.410.767)	(1.311.344)	(1.410.767)	(10.929.972)			
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(1.359.041)	(1.372.072)	(1.480.193)	(1.354.161)	(1.416.454)	(1.787.360)	(1.659.549)	(1.658.415)	(1.762.484)	(1.658.415)	(1.762.484)	(13.649.700)			
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	204.356	191.584	(365.848)	152.198	241.305	(9.497)	(333.512)	1.693.607	(1.010.983)	1.693.607	(1.010.983)	763.200			
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (12)	1.691.868	1.883.452	1.517.604	1.669.802	1.911.105	1.901.608	1.568.097	3.261.703	2.250.720	3.261.703	2.250.720	2.250.720			

Fonte: CGF/INSS.
Elaboração: CGEP/SPS.
Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.
(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.
(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.
(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através da Fundação de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
(6) Dívidas das universidades junto ao INSS e repassadas aos seguintes órgãos: FINE (salário educação), INCRÁ, DPC/DFEP - Marinho, SDR/MARÁ, SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESC/OP.
(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
(8) Recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
(9) Reine pagamentos realizados a cartões, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
(10) Reine as despesas operacionais consignadas nos seguintes cartões: Serviços de Treinamento, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Paraná), DATAPREV, PASEP e Diversos.
(11) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FINE (salário educação), INCRÁ, DPC/DFEP - Marinho, SDR/MARÁ, SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESC/OP.
(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Obs.: Houve, em relação às últimas publicações, exclusão da rubrica Benefícios Previdenciários, e a colocação de Benefícios como inversão da rubrica Total de Benefícios.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Set/2002 (R\$ mil de Set/2002 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Set/2002 - INPC							
	set/01	ago/02	set/02	Var. III/II	Var. III/I	Acum. Jan.	Acum. Jan.	Var. Acum.
	I	II	III	Em %	Em %	a set-01 - IV	a set-02 - V	V / IV Em %
1. SALDO INICIAL	1.617.474	1.581.112	3.261.703	106,3	101,7	1.578.662	1.565.809	(0,8)
2. RECEBIMENTOS	8.086.740	10.032.439	7.284.193	(27,4)	(9,9)	68.601.376	72.758.018	6,1
2.1. ARRECADAÇÃO	5.760.958	6.264.768	6.171.197	(1,5)	7,1	53.125.195	54.256.274	2,1
- Arrecadação Bancária	5.425.419	5.939.402	5.800.411	(2,3)	6,9	49.901.098	51.183.936	2,6
- SIMPLES ⁽¹⁾	241.582	242.066	253.610	4,8	5,0	1.997.368	2.039.773	2,1
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	39.549	31.798	52.491	65,1	32,7	385.922	315.102	(18,4)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	316	1.040	789	(24,1)	149,7	9.778	10.204	4,4
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	59.922	56.492	(5,7)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	27.171	27.088	35.940	32,7	32,3	304.258	342.494	12,6
- Quitação de Dívidas ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	121.176	-	(100,0)
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	48.103	43.349	49.126	13,3	2,1	561.806	483.624	(13,9)
- Restituições de Arrecadação	(21.182)	(19.975)	(21.171)	6,0	(0,1)	(216.133)	(175.352)	(18,9)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	6.028	4.417	5.408	22,4	(10,3)	40.051	35.734	(10,8)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	11.112	48.378	16.249	(66,4)	46,2	125.651	166.512	32,5
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	560.101	101.941	(630.071)	(718,1)	(212,5)	(1.263.649)	1.636.822	(229,5)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.748.541	3.612.934	1.721.411	(52,4)	(1,6)	16.574.128	16.662.677	0,5
- Recursos Ordinários	193.129	300.302	151.177	(49,7)	(21,7)	1.282.214	2.331.139	81,8
- Saldo de Exercícios Anteriores	-	(280)	-	(100,0)	-	331.680	(801)	(100,2)
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
- COFINS	867.109	2.134.065	1.005.557	(52,9)	16,0	8.957.534	8.781.264	(2,0)
- COFINS/LOAS	268.472	302.490	306.000	1,2	14,0	2.207.145	2.661.972	20,6
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	51.503	42.349	47.000	11,0	(8,7)	546.217	463.555	(15,1)
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	10.550	-	1.049	-	(90,1)	12.291	1.049	(91,5)
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Social sobre Lucro	29.039	27.369	10.627	(61,2)	(63,4)	195.375	140.517	(28,1)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	328.741	806.640	200.000	(75,2)	(39,2)	3.041.673	2.283.982	(24,9)
3. PAGAMENTOS	7.629.339	8.324.775	8.295.176	(0,4)	8,7	68.007.641	74.700.427	9,8
3.1. PAGAMENTOS INSS	7.250.388	7.914.232	7.880.353	(0,4)	8,7	64.137.812	70.907.935	10,6
3.1.1. BENEFÍCIOS	6.916.149	7.526.405	7.518.857	(0,1)	8,7	60.532.849	67.439.714	11,4
- Total de Benefícios	6.957.637	7.564.146	7.555.109	(0,1)	8,6	60.942.269	67.883.457	11,4
- Devolução de Benefícios	(41.488)	(37.741)	(36.252)	(3,9)	(12,6)	(409.421)	(443.743)	8,4
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	6.595.797	7.176.241	7.167.141	(0,1)	8,7	57.788.448	64.331.063	11,3
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	320.352	350.164	351.716	0,4	9,8	2.744.400	3.108.651	13,3
3.1.2.1. EPU T.N.	54.147	45.317	44.969	(0,8)	(16,9)	543.956	491.278	(9,7)
3.1.2.2. LOAS	266.205	304.847	306.747	0,6	15,2	2.200.444	2.617.373	18,9
3.1.2. PESSOAL ⁽⁹⁾	212.646	271.804	240.558	(11,5)	13,1	2.210.098	2.504.712	13,3
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹⁰⁾	121.594	116.023	120.938	4,2	(0,5)	1.394.865	963.508	(30,9)
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹¹⁾	378.951	410.543	414.823	1,0	9,5	3.869.829	3.792.492	(2,0)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	5.382.007	5.854.225	5.756.374	(1,7)	7,0	49.255.366	50.463.782	2,5
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(1.213.790)	(1.322.016)	(1.410.767)	6,7	16,2	(8.533.082)	(13.867.282)	62,5
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(1.534.142)	(1.672.180)	(1.762.484)	5,4	14,9	(11.277.483)	(16.975.933)	50,5
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	457.401	1.707.664	(1.010.983)	(159,2)	(321,0)	593.735	(1.942.409)	(427,2)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹²⁾	2.074.874	3.288.775	2.250.720	(31,6)	8,5	2.074.874	2.250.720	8,5

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Reine as despesas realizadas a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(10) Reine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(11) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDÉ (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Obs.: Houve, em relação às últimas publicações, exclusão da rubrica Benefícios Provisionados, e a colocação de Devolução de Benefícios como inversão da rubrica Total de Benefícios.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Set/2002 - INPC)

Valores em milhões R\$ de Set/2002 - INPC

Período	Arrecadação Bruta	Transferências a	Arrecadação	Benefícios Previdenciários			Relação %	Saldo
	(1)	Terceiros	Líquida	(2)	(3)	(4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)				
Valores referentes ao acumulado até o mês de Setembro, a preços de Set/2002 INPC								
1992	29.297	1.842	27.455	18.959			69	8.496
1993	32.083	2.313	29.770	28.114			94	1.657
1994	32.647	2.366	30.282	29.479			97	802
1995	41.607	3.576	38.031	37.171			98	860
1996	43.563	3.463	40.101	41.173			103	(1.073)
1997	46.897	3.489	43.407	44.232			102	(825)
1998	46.557	2.951	43.606	48.967			112	(5.361)
1999	46.896	3.105	43.792	51.265			117	(7.473)
2000	50.518	3.498	47.020	53.942			115	(6.922)
2001	53.125	3.870	49.255	57.788			117	(8.533)
2002	54.256	3.792	50.464	61.599			122	(11.135)
set/00	5.701	408	5.293	6.273			119	(980)
out/00	5.674	396	5.278	6.347			120	(1.069)
nov/00	5.670	381	5.289	6.890			130	(1.602)
dez/00	9.310	379	8.931	11.312			127	(2.381)
jan/01	6.047	709	5.338	6.078			114	(740)
fev/01	5.867	372	5.496	6.096			111	(600)
mar/01	5.722	404	5.318	6.234			117	(916)
abr/01	5.847	420	5.427	6.201			114	(774)
mai/01	5.923	373	5.550	6.542			118	(993)
jun/01	6.042	387	5.656	6.546			116	(890)
jul/01	5.942	413	5.529	6.790			123	(1.261)
ago/01	5.974	413	5.561	6.706			121	(1.145)
set/01	5.761	379	5.382	6.596			123	(1.214)
out/01	5.887	380	5.507	6.543			119	(1.036)
nov/01	5.833	382	5.451	7.156			131	(1.705)
dez/01	9.539	394	9.145	12.005			131	(2.860)
jan/02	6.067	666	5.401	6.482			120	(1.081)
fev/02	5.796	356	5.440	6.564			121	(1.124)
mar/02	5.772	370	5.403	6.588			122	(1.185)
abr/02	5.947	383	5.564	6.644			119	(1.080)
mai/02	6.121	390	5.730	6.840			119	(1.109)
jun/02	5.843	402	5.441	6.927			127	(1.486)
jul/02	6.274	399	5.875	7.212			123	(1.337)
ago/02	6.265	411	5.854	7.176			123	(1.322)
set/02	6.171	415	5.756	7.167			125	(1.411)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

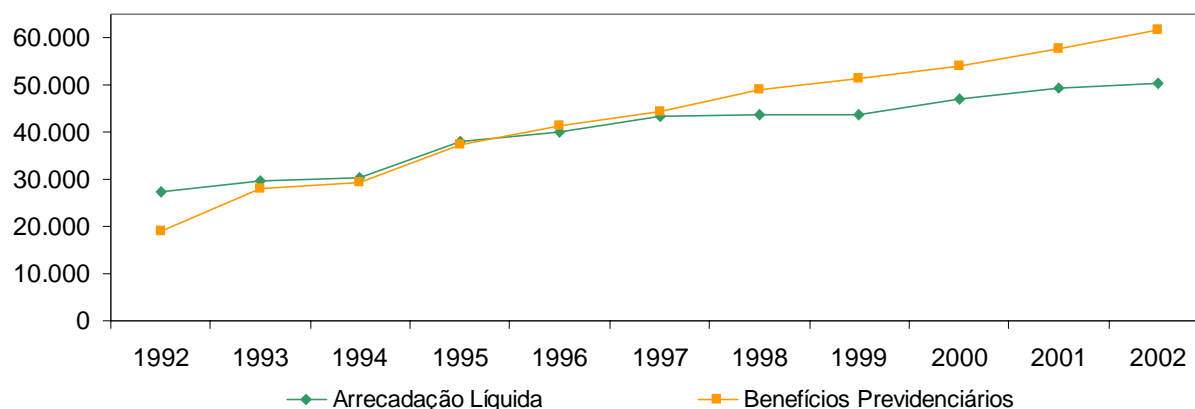
(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios
(acumulados até o mês de setembro de cada ano, em R\$ milhões de set/02 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0XX61) 317-5011
Fax: (0XX61) 317-5408
e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br
70 059-900 – Brasília-DF



IMPRESSO